

AO DOUTO JUÍZO DA ____ VARA DO TRABALHO DE OSASCO/SP

JULIETA SAFIRA, brasileira viúva dona de casa, qualificação e endereço completos, vem, respeitosamente perante a presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado abaixo assinado (Procuração em anexa) com escritório profissional endereço completo, onde recebe as intimações e notificações, com base no **artigo 840, caput, e parágrafo § 1º, da CLT, PROPOR**

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, pelo Rito.....

Em face da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA DISTRIBUIDORA CAPULETO LTDA**, qualificação no endereço completo, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

I DOS FATOS

Autora viúva, procura você como advogado e afirma que foi casada com ROMEU durante 27 anos e que não tiveram filhos. Explica ainda que seu esposo faleceu em consequência de um acidente **de trabalho, em 25 de fevereiro de 2024, aos 60 anos de idade após retomar de suas férias. Afirma que seu finado** esposo era empregado da SOCIEDADE EMPRESÁRIA DISTRIBUIDORA CAPULETO LTDA, **desde 25 de janeiro de 2018, exercia a função de estoquista** fazia separação de cargo. A reclamante ainda afirma que seu finado marido recebia o **equivalente a dois salários mínimos mensal** de R\$....., e **não teve sua CTPS assinada**, trabalhava de segunda a sexta feira cumpria uma **jornada das 9 horas às 18 horas** com um intervalo de uma hora para refeição.

II DA PRELIMINAR DE MÉRITO

1 Tramitação preferencial do processo

Autora é uma idosa com 62 anos de idade, razão pela qual requer, de acordo com o artigo 1.048, I, do Código Civil, e a prioridade da tramitação do feito conforme o artigo 71 da lei 10.741/2003.

II. 2 DA PRELIMINAR DE MÉRITO DE JUSTIÇA GRATUITA

Autora com 62 anos de idade, dona de casa, atualmente passa por dificuldade financeira desde da pandemia, ela não tem condições de arcar com as custas do processo. **(Fato)**

Entretanto, a reclamante preenche todos os requisitos da gratuidade de justiça, de acordo com artigo **790, § 3º e § 4º, da CLT e artigos 98, § 1º e 99 do CPC/2015. (Fundamento)**

Diante do exposto requer a Vossa excelência os benefícios da justiça gratuita em favor da Autora. **(Pedido)**

III DO DIREITO/FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1 DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIOS E ANOTAÇÃO DA CTPS.

A autora afirma que seu eu finado esposo era empregado da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda. **desde 25 de janeiro de 2018 a 25/02/2024**, na **qual exercia a função de estoquista** e fazia a separação da carga que era transportada nos caminhões para os clientes. Porém o empregado falecido não teve vínculo de emprego assinado na sua CTPS.

Portanto, estavam preenchidos todos os requisitos do vínculo de emprego, conforme estabelece o **artigo 3, 29, ambos da CLT. Pois, Autora tem razão, pois, ela** explicou que seu finado marido recebia o equivalente a dois salários mínimos, por mês, **conforme extrato bancário dos últimos 12 meses, no qual consta, no dia 5 de todos os meses, transferência bancária, documento em anexo e não teve a carteira profissional assinada**, a despeito de trabalhar de segunda a sexta-feira e cumprir **jornada das 9 às 18 horas, com intervalo** de uma hora para refeição.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao vínculo empregatício em favor do empregado falecido, também requer a retificação da Carteira de Trabalho, **conforme o artigo 3 e 29 ambos da CLT**, para constar o real salário que recebia.

2 DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Depois do falecimento, nada foi pago a Julieta que até procurou a sociedade empresária para receber alguma importância, sem sucesso.

Após o falecimento, nada foi pago a Julieta que até procurou a sociedade empresária para receber alguma importância, sem sucesso.

Entretanto, em razão da ruptura do contrato pela morte de seu esposo, requer as verbas pela extinção do contrato de trabalho.

1 requer o saldo de salário de fevereiro de 2024, no valor de R\$......

2 Requer décimo terceiro (13º) proporcionais, no valor de R\$......

3 requer férias proporcionais e mais um terço (1/3), no valor de R\$......

4 requer a multa dos 40%, do FGTS, no valor de R\$......

5 requer a multa do artigo 477, § 8º da CLT, no valor de R\$......

3 DO DANO MATERIAL DANO EMERGENTE

A Autora Julieta explica que teve de pegar dinheiro emprestado com familiares para pagar o enterro (total de R\$1.000,00 **(mil reais)**), conforme recibo em anexo relativos aos gastos com caixão, flores, missa e com a funerária local.

Portanto, fica caracterizado o dano material e dano emergente no valor total de R\$1.000,00 (mil reais), de acordo com os fundamentos dos artigos 186,927 e 949 do Código civil de 2002.

Diante do exposto, requer a condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo dano emergente, no valor de R\$1.000,00 (mil reais).

4 DO SEGURO DE VIDA.

A autora inventariante tentou ainda receber documentos de um seguro de vida que a sociedade empresária deveria fazer, mas foi comunicada que ela passava por dificuldades financeiras desde a pandemia e, por isso, não contratou o seguro.

Portanto, de acordo com a convenção coletiva da categoria do falecido, vigente de março de 2023 a fevereiro de 2025, na qual consta, na cláusula 37, a obrigação dos empregadores contratarem, às custas deles, seguro de vida e acidentes pessoais para seus empregados com prêmio de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em caso de morte e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de invalidez permanente, documento em anexo.

Diante do exposto requer a condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo seguro de vida, conforme fundamento nos artigos 186,927, 948 e 949 do Código civil de 2002.

5 DA PENSÃO POR MORTE

Além disso, **a autora** não conseguiu se habilitar para receber a pensão por morte do INSS, em razão da ausência de oficialização do contrato de trabalho na CTPS e, conseqüentemente, do recolhimento da contribuição previdenciária.

Portanto assiste razão à autora, sobre o pedido, pois de acordo com os artigos 186,927,948 ou 949 do Código civil, em razão dos fatos no caso em tela, a autora tem direito a receber a indenização da pensão previdenciária por morte do seu esposo.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao pagamento da indenização por pensão previdenciária por morte do empregado.

6 DA PENSÃO MENSAL VITALÍCIA

A autora inventariante a firma com o falecimento de seu esposo, começou a passar dificuldades financeiras, uma vez que sempre foi dona de casa, tem 62 anos de idade, e todos os gastos eram arcados pelo falecido.

A autora tem razão sobre o pedido do direito da pensão mensal vitalícia, pois conforme os termos do artigo 950, 948, caput, I, ambos do Código civil de 2002.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência condenação da reclamada ao pagamento da pensão mensal vitalícia ou em conta única.

7 DO DANO EXTRAPATRIMONIAL-DANO MORAL

A autora inventariante explicou, ainda, que seu esposo faleceu em **consequência de um acidente de trabalho**, em 25 de fevereiro de 2024, aos 60 anos de idade, dias após retornar de suas férias. **O inquérito policial instaurado apontou negligência da sociedade empresária** como causa da morte.

A autora apresentou cópia integral do inquérito policial, no qual a conclusão da autoridade policial é de que a sociedade empresária empilhou inadequadamente material pesado que tombou e vitimou Romeu, encontrado pelos bombeiros sem vida debaixo do entulho e vestindo o uniforme com o logotipo da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda.

A autora afirma que, seu finado esposo era empregado da reclamada desde 25 de janeiro de 2018, na qual exercia a função de estoquista e fazia a separação da carga que era transportada nos caminhões para os clientes. E que a reclamada está localizada em Osasco, no Estado de São Paulo, mesmo Município onde o casal vivia.

Entretanto, em razão dos fatos no caso em tela, conforme o inquérito policial instaurado apontou negligência da empresa reclamada, como causa da morte do empregado, conforme os termos **dos artigos 223-B, o 223-C e o 223-G**, todos da CLT. E também previsto nos artigos **186, 927 e 944** ambos do Código civil de 2002.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo dano moral sofrido.

8 DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DE ADVOCATÍCIOS.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência de advogados no importe de 15% com base no artigo 791-A da CLT.

IV DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer;

- a)** requer o reconhecimento do vínculo empregatício e a anotação da Carteira de Trabalho e Previdência (CTPS) conforme artigo 3 e 29 da CLT.
- b)** requer o pagamento das verbas rescisórias total no valor de R\$......,
- c)** requer a condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo dano material- emergente sofrido no valor de R\$......,
- d)** requer condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo seguro de vida no valor de R\$......, conforme fundamento nos artigos 186,927, 948 e 949 do Código civil de 2002.

e) requer a Vossa Excelência condenação da reclamada ao pagamento da indenização por pensão previdenciária por morte no valor de R\$......,

f) requer a Vossa Excelência condenação da reclamada ao pagamento da pensão mensal vitalícia ou em conta única, no valor de R\$......,

g) requer a Vossa Excelência a condenação da reclamada ao pagamento da indenização pelo dano moral sofrido no valor de R\$......,

V DOS REQUERIMENTOS FINAIS.

Diante do exposto, requer;

a) requer tramitação preferencial do feito, de acordo com o artigo 1.048, I, do CPC/2015 e artigo 71 da lei 10.741/2003

b) requer notificação da Reclamada para oferecer resposta à Reclamatória Trabalhista, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.

b) requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especial prova documental, pericial, depoimento pessoal do preposto da reclamada, oitiva de testemunhas e juntada de novos documentos;

c) requer procedência dos pedidos com a condenação da reclamada ao pagamento das verbas pleiteadas, acrescidas de juros e correção monetária;

d) requer a concessão do benefício da justiça gratuita, com base no artigo 790, § 3º, § 4º, da CLT, artigo 98, § 1º, artigo 99 ambos do CPC/2015

e) requer a condenação da reclamada ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios no importe de 15% com base no artigo 791-A da CLT.

Dá-se à causa valor de R\$......

Nestes termos,

Pede deferimento,

Local e data,

Advogado.....

OAB/.....n.....

Peça Profissional

Julieta Safira, brasileira, viúva, dona de casa, **procurou você**, como advogado, em abril de 2024, ainda enlutada, afirmando **que fora casada com Romeu Diamante** por 27 anos e que não tiveram filhos. Explicou, ainda, que seu **esposo faleceu em consequência de um acidente de trabalho**, em 25 de fevereiro de 2024, aos 60 anos de idade, dias após retornar de suas férias. O **inquérito policial instaurado apontou negligência da sociedade empresária como causa da morte**. Seu finado **esposo era empregado da sociedade empresária Distribuidora Capuleto Ltda.** desde 25 de janeiro de 2018, na qual **exercia a função de estoquista** e fazia a separação da carga que era transportada nos caminhões para os clientes. A sociedade empresária está **localizada em Osasco, no Estado de São Paulo**, mesmo município onde o casal vivia.

Julieta explicou que seu finado marido recebia o equivalente a dois salários mínimos **por mês e não teve a carteira profissional assinada**, a despeito de trabalhar de segunda a sexta-feira e cumprir **jornada das 9 às 18 horas, com intervalo de uma hora para refeição**.

Depois do falecimento, nada foi pago a Julieta que até procurou a sociedade empresária para receber alguma importância, sem sucesso. **Tentou ainda receber documentos de um seguro de vida** que a sociedade empresária deveria fazer, mas foi comunicada que ela passava por dificuldades financeiras desde a pandemia e, **por isso, não contratou o seguro**. Além disso, Julieta não conseguiu se **habilitar para receber a pensão por morte do INSS**, em razão da ausência de oficialização do contrato de trabalho na CTPS e, consequentemente, do recolhimento da contribuição previdenciária. **Julieta explica que teve de pegar dinheiro emprestado com familiares para pagar o enterro (total de R\$ 1.000,00 (mil reais))** e agora está em franco desespero porque, com o falecimento de seu esposo, começou a passar dificuldades financeiras, uma vez que **sempre foi dona de casa, tem 62 anos de idade**, e todos os gastos eram arcados pelo falecido.

Julieta lhe entregou os seguintes documentos: **a certidão de óbito**, na qual consta como declarante Julieta e que o falecido **não deixou filhos**; **a cópia integral do inquérito policial**, no qual a conclusão da autoridade policial é de que a sociedade **empresária empilhou inadequadamente material pesado** que tombou **e vitimou Romeu**, encontrado pelos bombeiros sem vida debaixo do entulho e **vestindo o uniforme com o logotipo da sociedade empresária**

Distribuidora Capuleto Ltda.; o extrato bancário da conta do falecido dos últimos 12 meses, no qual consta, no dia 5 de todos os meses, transferência bancária correspondente a 2 salários mínimos feita pela Distribuidora Capuleto Ltda.; o recibo de R\$ 1.000,00 (mil reais) relativo aos gastos com caixão, flores e missa em uma funerária local; **a convenção coletiva da categoria do falecido, vigente de março de 2023 a fevereiro de 2025,** na qual consta, na cláusula 37, a obrigação dos empregadores contratarem, às custas deles, seguro de vida e acidentes pessoais para seus empregados com prêmio de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em caso de morte e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de invalidez permanente; **o termo de inventariante judicial assumido por Julieta no inventário aberto** para adjudicação de um automóvel do ano 2012, único bem deixado pelo falecido, cujo valor estimado é de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

Considerando que Julieta procurou você, como advogado(a), para pleitear os direitos lesados, informando que se encontra em precária situação financeira, elabore a peça processual pertinente. (Valor: 5,00)

Obs.: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, o examinando deverá **representá-los somente pela expressão “R\$”**, admitindo-se que o escritório possui setor próprio ou contratado especificamente para tal fim.

Padrão de Resposta / Espelho de Correção

O(a) **examinando(a)** deverá formular uma peça no formato de **uma petição Inicial de reclamação trabalhista, com base no Art. 840, § 1º, da CLT, dirigida** ao juízo da Vara do Trabalho de Osasco/SP, qualificando as partes envolvidas, tendo como autor o Espólio de Romeu Diamante.

Deverá requerer gratuidade de justiça, pois a viúva é dona de casa e o espólio deixou bem de pequeno valor, na forma do Art. 790, § 3º, da CLT

Deverá postular o reconhecimento do vínculo empregatício e a anotação na CTPS, conforme prevê o Artigos 3 e 29 ambos da CLT.

Deverá requerer as verbas pela extinção do contrato (saldo salarial de fevereiro de 2024, proporcionais de 13º salário e férias com 1/3) e, ainda, o FGTS, multa do Art. 477 § 8º, da CLT, e seguro desemprego.

Deverá requerer indenização pelo dano material: o pagamento de indenização pelo gasto com o enterro (dano emergente);

Indenização pelo seguro de vida, pela pensão por morte não recebida e pensão mensal pela sobrevivência estimada ou vitalícia (lucro cessante), conforme o Art. 186, 927 e o 949, todos do CCB.

Deverá requerer o pagamento de indenização por dano moral pelo acidente do trabalho, conforme o Art. 186 e o Art. 927, ambos do CC, ou o Art. 223-B, o 223-C e o 223-G, todos da CLT.

Deverá requerer o pagamento de honorários advocatícios, conforme o Art. 791-A da CLT.

Formular o encerramento da peça, reiterando a procedência dos pedidos, com indicação de data, local, advogado(a) e OAB.

"O gabarito preliminar da prova prático-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo."

Distribuição de Pontos

A distribuição de pontos só é disponibilizada quando da divulgação do gabarito definitivo.

MODELO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA-ESQUELETO

Reclamação trabalhista Fundamento jurídico artigo 840, § 1º, da e artigo 651, ambos da CLT.

1 ENDEREÇAMENTO DO JUÍZO Vara do Trabalho de Osasco-SP.

2 O NOME DA RECLAMANTE AUTORA, qualificação e endereço completo, com menção do juízo competente e advogado, procuração em anexo, escritório profissional e endereço completos, onde recebe intimação e notificação, com fundamento da peça artigo da CLT, verbo PROPOR/AJUIZAR.

3 O NOME DA AÇÃO/Reclamação Trabalhista pelo Rito.....

4 Em face da **O NOME DA EMPRESA RECLAMADA**, qualificação no endereço completo, de acordo com razões de fato e de direito à seguir exposto.

5 DOS FATOS:

Fazer um breve resumo das fatos ocorridas, sem abordar nenhum fato estranho ao problema, em até 6 linhas. **Por exemplo:**

I data da admissão do empregado,

II, **A data da demissão** do Empregado

III **Função do empregado** que exercia,

IV, **salário mensal** recebia da reclamada

V o **motivo da dispensa**, sem justa causa ou com justa causa.

5.1 DA PRELIMINAR DE MÉRITO. Se houver necessidade

1 Tramitação preferencial do feito.

5.2 DA PRELIMINAR DE MÉRITO.se houver necessidade

2 Da Concessão dos Benefícios da Justiça Gratuita

6 DO DIREITO-FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Teses

Aqui o examinado tem que criar e desenvolver suas teses processuais com base no **Silogismo jurídico**, como **Começo, Meio e FIM**, **por exemplo**, Fato, Fundamento e pedido. Para cada direito cobrado na peça deverá fazer um tópico. **Por exemplo:**

1 DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

7 DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DE ADVOCATÍCIOS.

8 DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer,

9 DOS REQUERIMENTOS FINAIS.

Diante do exposto, requer,

10 Do valor da causa, Dà-se à causa valor de R\$......,

11 DO FECHAMENTO OU ENCERRAMENTO DA PEÇA

Nestes termos,

Pede deferimento,

Local e data,

Advogado....., OAB/.....n.....

RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS, BASEADO EM TESES PROCESSUAIS

QUESTÃO 1

Jorge da Silva ajuizou reclamação trabalhista e se valeu do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) já na inicial, alegando que a sociedade empresária havia fechado de fato suas portas, fazendo prova do alegado. Citados os reclamados, um dos sócios se insurgiu, afirmando que o IDPJ somente poderia ocorrer na fase de execução.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, responda aos itens a seguir.

A) Concedida vista a você, advogado(a) de Jorge, sobre a alegação do sócio, como você defenderia processualmente o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) utilizado? Justifique. (Valor: 0,65)

A) Resposta. O candidato deve sustentar que é possível a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) na fase de conhecimento/cognição, conforme o Art. 134 do CPC ou o Art. 855-A da CLT.

B) Caso o juiz rejeite o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), caberá recurso imediato? Justifique. (Valor: 0,60)

Resposta: B) Não caberá recurso imediato, conforme o Art. 855-A, § 1º, inciso I, da CLT.

Questão 2

Filomena é empregada da indústria de laticínios Queijo Bom Ltda. desde janeiro de 2020. No período aquisitivo de férias 2022/2023, Filomena teve as seguintes ausências: três dias pela morte de um tio, um dia porque serviu de testemunha num processo de seu antigo empregador, quatro dias para fazer exames preventivos contra câncer, um dia para fazer a prova de um concurso público para o qual se inscreveu e dois dias para fazer alistamento eleitoral.

Considerando os fatos e o que dispõe a CLT, responda às questões a seguir.

A) Qual será a quantidade de dias de férias a que Filomena terá direito? Justifique. (Valor: 0,65).

Resposta: Filomena tem direito a trinta dias, porque a empregada teve até cinco faltas injustificadas, na forma do Art. 473 ou do Art. 130, inciso I, ambos da CLT.

B) Caso Filomena queira converter 1/3 de suas férias em abono pecuniário e faça tal requerimento ao empregador 15 dias antes do início das férias, sua pretensão poderá ser juridicamente negada? Justifique.

(Valor: 0,60)

Resposta: Sim, pois o abono pecuniário deve ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo, conforme o Art. 143, § 1º, da CLT.

Tese processual. De acordo com o artigo 145, § 1º, da CLT, a empregada tem direito ao abono pecuniário e deve ser requerido em até 15 (quinze) dias, antes do término do período aquisitivo.

Obs.: O(A) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

QUESTÃO 3

Determinado empregado ajuizou reclamação trabalhista em face de uma sociedade empresária em 15/03/2023, aduzindo exclusivamente que, por trabalhar com aparelho de telefone celular fornecido pelo empregador em razão do trabalho, teria direito ao adicional de sobreaviso.

A sociedade empresária defendeu-se, mas o juiz julgou o pedido procedente. A parte ré interpôs recurso ordinário no último dia do prazo. O TRT considerou o recurso intempestivo por um dia. Ocorre que, todo o processo transcorreu em um Município em que o último dia **do prazo recursal caiu em um feriado local**. Você, apesar de informar esse fato expressamente no teor da petição de interposição, bem como nas razões recursais, havia entendido que era desnecessário comprovar isso no ato da interposição do recurso.

Diante disso, considerando a jurisprudência consolidada do TST, responda aos itens a seguir.

A) Na qualidade de advogado da sociedade empresária, qual a tese jurídica desenvolvida em contestação e recurso para rechaçar o pedido de sobreaviso? Justifique. (Valor: 0,60).

Resposta/Tese. Não assiste razão ao reclamante sobre o pedido, pois, de acordo com a Súmula 428, item I do TST, o fornecimento ou uso de telefone celular, instrumentos telemáticos ou informatizados, por si só, não caracteriza sobreaviso.

B) Na qualidade de advogado da sociedade empresária, qual a tese

jurídica processual a ser desenvolvida para defender a intempestividade na interposição do recurso ordinário? Justifique. (Valor: 0,65).

Resposta: Tese. Conforme o feriado local em razão das fotos ocorridas no caso em tela, deverá ser concedido no prazo de cinco dias para comprovação da tempestividade do recurso ordinário, conforme a Súmula 385, item I, do TST.

Obs.: O(A) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

"Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."

Questão 4

Em sede de dissídio coletivo, o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo prolatou sentença normativa estabelecendo reajuste para a categoria dos metalúrgicos. O sindicato profissional, insatisfeito, interpôs o recurso cabível, cuja decisão do Tribunal Superior do Trabalho transitou em julgado há um mês, a qual acolheu os argumentos da parte recorrente.

Diante disso, você, na qualidade de advogado(a) do sindicato profissional, deve responder às seguintes indagações à luz da jurisprudência consolidada do TST e da legislação trabalhista em vigor.

A) Não havendo cumprimento espontâneo da decisão normativa transitada em julgado, que medida jurídica processual você deverá adotar na defesa do interesse dos seus clientes? Justifique. (Valor: 0,65)

Resposta: Deverá ser ajuizada uma Ação de Cumprimento, nos termos do Art. 872 caput ou 872, parágrafo único, da CLT ou Art. 7º, § 6º, da Lei 7.701/88.

Tese. De acordo com o artigo 872 caput, e parágrafo único da CLT, deverá ser ajuizada uma Ação de Cumprimento, conforme os termos do artigo 7, § 6º, da Lei 7.701/88.

B) Caso a parte contrária suscite a prescrição do direito de ação em virtude do transcurso de mais de dois anos após a decisão do TRT/ES, qual tese jurídica específica para a hipótese você deverá desenvolver para rechaçar a alegação de prescrição? Justifique. (Valor: 0,60).

Resposta: Deverá ser alegado que o curso do prazo prescricional só tem início com o trânsito em julgado da sentença normativa, conforme a Súmula 350 do TST.

Obs.: O(A) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

"Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."

MD
MÉTODO DO DIREITO
CURSO EDUCACIONAL
ONLINE OAB



Venha fazer a **2º fase OAB** aqui conosco.

Acesse o nosso projeto aqui abaixo e faça já a sua inscrição.

www.cursometodododireitoab.com.br

Qualquer dúvida, entre em contato conosco clicando no link acima, vai ser um enorme prazer em te ajudar.